

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

Jogo de empurra

Projeto que iguala salários chega a impasse

Pág. B6

Estratégia de negócios

Americanas acredita em IPO nos EUA em 1 ano

Pág. B13

Efeitos da covid. Enquanto o governo oferece R\$ 5 bilhões, parlamentares defendem a liberação de R\$ 10 bilhões para reeditar o Pronampe, uma linha de empréstimo subsidiado; também há divergência sobre a forma como o programa deve voltar, por meio de MP ou projeto de lei

Aporte do Tesouro trava o crédito para socorro de pequenas e médias empresas

Adriana Fernandes
Camila Turtelli | BRASÍLIA

Divergências sobre o volume do aporte do Tesouro Nacional, custos e forma de recriação do programa têm travado a liberação de uma nova rodada do Pronampe, linha de empréstimo subsidiado para socorrer pequenas e médias empresas em dificuldades financeiras por conta dos efeitos da pandemia de covid-19. O programa poderia sair por meio da edição de medida provisória ou pelo projeto de lei já aprovado no Senado – e que aguarda agora votação na Câmara dos Deputados.

Quando ao volume de recursos, o Ministério da Economia autorizou a liberação de R\$ 5 bilhões, mas lideranças do Congresso e empresas querem o dobro. A negociação pode caminhar para um valor entre R\$ 6 bilhões e R\$ 7 bilhões, segundo parlamentares que participam da negociação.

Esse impasse nas negociações frustrou os empresários que aguardavam a renovação do Pronampe junto com o Bem, o programa que permite a suspensão de contratos de trabalho e corte de jornada dos trabalhadores. O Bem foi reeditado na quarta-feira passada, enquanto o destino do Pronampe continua sem definição – apesar da promessa do governo de que o programa seria renovado esta semana.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), também não colocou ontem em votação o projeto já aprovado no Senado, como inicialmente era esperado. O início dos traba-



Impasse. Falta de acordo entre o Congresso e a pasta chefiada pelo ministro Paulo Guedes atrasou reedição do Pronampe

lhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid no Senado e as negociações de bastidores do governo na comissão acabaram retirando o foco no Pronampe e a sua prioridade de votação na Câmara, segundo apurou o **Estadão**.

O programa era uma pauta prioritária do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e de senadores influentes da Casa, agora envolvidos na CPI. O projeto, de autoria do senador Jorginho Mello (PL-SC), torna o programa permanente, como uma política oficial de crédito do governo para além da pandemia da covid-19. As resistências, neste caso, têm partido da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia.

Além disso, os senadores aprovaram como correção dos empréstimos juros de 6% mais a Selic. Pelo desenho que vigorou até o fim do ano passado, o valor do acréscimo era de 1,5%, além da Selic. O aumento dos juros foi colocado para atrair bancos à nova rodada.

“Quanto mais tempo demorar, o dano para a economia e a política será muito grande”, disse o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Carlos Melles. Segundo ele, o atraso pode aprofundar a crise. Melles acrescentou que não tem mais volta em relação ao futuro do programa: “O Pronampe ser permanente é um compromisso”, disse.

Ao **Estadão**, o secretário espe-

cial de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos da Costa, disse que o governo está aguardando a votação do projeto que está na Câmara. “Estamos evitando enviar uma medida provisória, porque achamos que é mais legítimo o projeto que já tramitou no Senado e está na Câmara”, disse o secretário. Segundo ele, assim que o projeto for aprovado, a MP para a edição do crédito extraordinário para financiar o programa sairá e ele poderá “rodar” rápido.

Ainda de acordo com ele, o governo defende R\$ 5 bilhões como aporte do Tesouro Nacional para a nova rodada. Esse valor poderia permitir que os bancos emprestem até R\$ 17 bilhões. Pa-

ra ele, o projeto é fundamental para as empresas que têm viabilidade e dá um alento importante num momento de desespero. “A pequena empresa brasileira não pode esperar mais.”

‘Tímido’. Para o deputado Efraim Filho (DEM-PB), coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Comércio,

● Volume
R\$ 37,5 bi
foi o volume de empréstimos liberados no ano passado por meio do Pronampe, beneficiando cerca de 517 mil empresas no País.

Serviço e Empreendedorismo, o valor oferecido até agora pelo governo é “tímido”. “Temos dialogado com o governo para ver se ele faz uma primeira rodada de R\$ 10 bilhões, porque, senão, o programa não dura nem uma semana e, aquilo que era para ser uma ação positiva do governo, acaba virando um ponto crítico. Com três, quatro dias, o gerente tem de comunicar ao empreendedor que o programa já acabou por falta de recursos”, disse o deputado.

O setor que mais aguarda o Pronampe é o de bares e restaurantes, mais afetado pelas medidas restritivas adotadas nos últimos meses por governadores e prefeitos com a piora da pandemia. Criado no ano passado como instrumento para reduzir os efeitos da pandemia nos negócios, o Pronampe atendeu, sobretudo, à demanda dos pequenos negócios dos setores de serviços e comércio. O programa ofereceu crédito para cerca de 517 mil empresas, com a liberação de cerca de R\$ 37,5 bilhões.

A liberação foi feita por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO), com recursos do Tesouro Nacional. A grande vantagem do programa foi atuar por meio de garantias para facilitar o acesso das empresas ao crédito bancário, onde o governo se torna um avalista do empresário – ou seja, se as empresas dão calote, o governo assume a conta.

Para o economista-chefe da Confederação Nacional de Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas, o programa é muito importante nesse momento, já que, com a economia apresentando sinais de fraqueza e muitos lockdowns no País, os bancos não querem emprestar. Segundo ele, o atraso para tirar o Pronampe do papel também deve prejudicar a retomada geral da economia.



“Quanto mais demorar, dano para a economia e a política será muito grande.”

Carlos Melles, presidente do Sebrae

BNDES suspende a cobrança de dívida de pequenas por 6 meses

Vinicius Neder | RIO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) confirmou ontem que reeditará a suspensão da cobrança de dívidas de pequenas e microempresas. A medida atinge empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões. O BNDES estima que cerca de 100 mil empresas poderão ser beneficiadas. Com a suspensão por seis meses, R\$ 2,9 bilhões deixarão de ser cobrados, nos cálculos do banco.

Com a piora da pandemia de covid-19 no início deste ano, o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, já havia afirmado, em meados do mês passado, que o banco estudava reeditar a suspensão. No ano passado, o banco deixou de cobrar R\$ 13,6 bilhões de empresas, incluindo

as grandes, e R\$ 3,9 bilhões de governos.

Desta vez, a suspensão poderá ser acompanhada da “prorrogação do prazo total de financiamento em até 18 meses, o que não estava previsto na suspensão oferecida no ano passado”, informou o BNDES. “A suspensão das prestações deverá ser negociada pelo empreendedor diretamente com o agente financeiro que lhe concedeu o financiamento original. Os pedidos já podem ser feitos a partir

● 100 mil beneficiadas
R\$ 2,9 bi
deixarão de ser cobrados pelo BNDES pelos próximos seis meses com a suspensão da cobrança de dívida de 100 mil empresas

de hoje (ontem)”, diz a nota divulgada pelo banco.

Para as empresas de menor porte, o BNDES não empresta diretamente. As firmas têm acesso ao crédito em bancos comerciais, credenciados nas linhas do banco de fomento.

O BNDES informou ainda que não poderão ter pagamentos suspensos os empréstimos “tomados na modalidade do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac) ou quaisquer outros que contam com algum fundo garantidor ou subvenção econômica”.

Principal medida do banco para enfrentar a crise da covid-19, o Peac foi desenhado para garantir financiamentos concedidos por todos os bancos do sistema financeiro. Com aporte de R\$ 20 bilhões do Tesouro Nacional no FGI, fundo de aval do BNDES, o Peac garantiu R\$ 92,1 bilhões em empréstimos tomados em 2020.

Também ficarão de fora da medida os financiamentos “tomados para negócios envolvendo comércio exterior ou contratados pela administração pública; e dívidas agrícolas já renegociadas”, diz a nota do BNDES.

Pandemia pressiona taxa de juro do cartão, que vai a 335% ao ano

Fabrizio de Castro
Eduardo Rodrigues | BRASÍLIA

Em meio às dificuldades das famílias para fechar as contas durante a pandemia de covid-19, o juro médio total cobrado pelos bancos no rotativo do cartão de crédito subiu 8,1 pontos percentuais de fevereiro para março, informou ontem o Banco Central. A taxa passou de 326,8% para 334,9% ao ano.

Os números são influenciados pelos efeitos da segunda onda da pandemia, que voltou a colocar em isolamento social parte da população e reduziu a atividade das empresas. O rotativo do cartão, juntamente com o cheque especial, é uma modalidade de crédito emergencial, muito acessada em momentos de dificuldades.

O juro do rotativo é uma das

taxas mais elevadas entre as avaliadas pelo BC. A taxa da modalidade rotativo regular, em que são consideradas as operações em que houve o pagamento mínimo da fatura, passou de 295,1% para 306,2% ao ano de fevereiro para março.

A taxa de juros do rotativo não regular passou de 352,2% para 356,8% ao ano. Essa modalidade inclui as operações nas quais o pagamento mínimo da fatura não foi feito.

No caso do parcelado, ainda

● Sem pagamento mínimo
356,8%
ao ano foi a taxa de juros do rotativo não regular do cartão, que incluiu operações quando o pagamento mínimo não foi feito

dentro de cartão de crédito, o juro passou de 167,1% para 167,6% ao ano.

Considerando o juro total do cartão de crédito, que leva em conta operações do rotativo e do parcelado, a taxa passou de 63,1% para 65,1%.

Em abril de 2017, começou a valer a regra que obriga os bancos a transferir, após um mês, a dívida do rotativo do cartão de crédito para o parcelado, a juros mais baixos. A intenção do governo com a nova regra era permitir que a taxa de juros para o rotativo do cartão de crédito recuasse, já que o risco de inadimplência, em tese, cai com a migração para o parcelado.

Atualmente, porém, o risco de inadimplência aumentou porque muitas famílias estão enfrentando redução de renda, na esteira da pandemia.

No geral, a taxa média de juros no crédito livre subiu de 28,1% ao ano em fevereiro para 28,6% ao ano em março. Entre as principais linhas de crédito livre para a pessoa física, destaque para o cheque especial, cuja taxa caiu de 124,9% ao ano para 121,0% ao ano de fevereiro para março.